

**Câmara Municipal
de
Ponte da Barca**

Divisão de Administração Geral e Finanças

Reunião Nº 07/2016

Assunto:

REUNIÃO ORDINÁRIA
DO DIA 23 de março de 2016



CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTE DA BARCA

<u>SUMÁRIO:</u>	Fl.
01- Abertura	1
02- Antes da ordem do dia	2-3
03- Balancetes	3
04- Pagamentos	3
05- Decisões do Presidente	-
06- Obras públicas.....	4-6
07- Fornecimentos diversos	-
08- Obras particulares.....	6
09- Pessoal	-
10- Requerimentos diversos	6-8
11- Expediente diverso	-
12- Deliberações diversas	8
13- Outros assuntos	-
14- Encerramento	8



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA Nº 07/2016

Data da Reunião: Vinte e três de março de dois mil e dezasseis

Local da Reunião: Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

Presidiu: ANTÓNIO VASSALO ABREU

Presenças

Presidente:

António Vassalo Abreu

Vereadores:

José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

Armindo José Sousa da Silva

Sílvia Manuela Carneiro Amorim Torres

Ricardo Jorge Freitas Gomes Armada

Olinda Pereira de Oliveira Barbosa

Início da Reunião: Dez horas

Encerramento: Onze horas e trinta minutos

Secretariou a reunião: Dr^a Aida Maria Boalhosa Pereira

Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:

Prestou Colaboração Técnica:

OBS:

----- A ata foi aprovada em minuta. -----



PONTO Nº: 2 ANTES DA ORDEM DO DIA**I – AUSÊNCIAS E SUBSTITUIÇÕES**

- O senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, não esteve presente na reunião por motivos pessoais.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a sua falta. -----

II – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO VASSALO ABREU E DOS SENHORES VEREADORES

O senhor Presidente da Câmara, Vassalo Abreu, procedeu à abertura da reunião começando por saudar todos os presentes. O senhor Presidente da Câmara apresentou um voto de pesar pelas vítimas dos atentados terroristas que ocorreram em Bruxelas. Apresentou, também, um voto de agradecimento aos trabalhadores que estiveram presentes na Feira de Nanterre, evento que foi uma vez mais um sucesso. O voto de pesar apresentado pelo senhor Presidente foi subscrito pelos senhores Vereadores do PS e pelos senhores Vereadores do PSD. O senhor Presidente convidou os senhores Vereadores do PSD para estarem presentes no dia 29 de março nos Paços do Concelho para a receção do compasso pascal.

O senhor Vereador, Armindo Silva, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. O senhor Vereador entende que a participação em eventos como a feira de Nanterre, entre outros, são importantes para a promoção do concelho. Disse que na participação em eventos, organizados pelas comunidades portuguesas no estrangeiro, torna-se necessário pensar num formato mais empresarial, a fim de dar a conhecer as potencialidades deste concelho e cativar investimento. O senhor Vereador referiu que é com satisfação que vê o início da obra de requalificação das escadas Condes da Folgosa, tendo solicitado a consulta do projeto. Questionou o senhor Presidente se tem conhecimento do projeto de requalificação da estrada que liga Lindoso à fronteira da Madalena. O senhor Presidente prestou os devidos esclarecimentos.

A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Referiu-se a um conjunto de construções antigas existentes entre Germil e Bilhares - Branda de Bilhares, com uma localização excecional e com um forte potencial turístico. No seu entender, o Município deveria encetar diligências junto dos proprietários para, em conjunto, ver as hipóteses que podem existir para uma intervenção nas construções existentes, com vista à promoção turística desse local situado em pleno Parque Nacional Peneda Gerês.

O senhor Vereador, Ricardo Armada, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. O senhor Vereador condenou os atos ocorridos em Bruxelas contra a circulação e a vida humana das pessoas.

A senhora Vereadora, Sílvia Torres, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Deu conta das últimas atividades: 12xPonte da Barca – Pelos caminhos de Bravães, no dia 19 de março. Esta iniciativa tem tido uma adesão crescente dos participantes e conta já com um número muito significativo por tudo aquilo que os percursos proporcionam quer seja ao nível do conhecimento do território quer ao nível do desporto e lazer. O Dia Mundial da Poesia foi comemorado com um sarau poético que contou com a participação dos alunos e professores do Agrupamento de Escolas. Para além de assinalar a data, a iniciativa visou incentivar a leitura e dar visibilidade a este género literário, tendo sido evocados poetas locais e nacionais. A senhora Vereadora deixou um voto de agradecimento aos pais, alunos, professores do Agrupamento de Escolas e público em geral que participaram no sarau poético. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que já tiveram início as oficinas de Páscoa na Biblioteca Municipal. A senhora Vereadora fez ainda referência à exposição de Ovos da Páscoa, concebidos pelos alunos do ensino pré-escolar do concelho, que se encontra na Praça Dr. António Lacerda, como forma de ornamentar o espaço de forma alusiva à época em questão. Esta mostra tem-se revelado um atrativo para os visitantes que, por esta altura, nos visitam e fazem questão de fazer registos fotográficos.



Por fim, referiu que a representação teatral "A Mui Dolorosa Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo", que vai ter lugar na freguesia de Bravães, contará com algumas novidades de forma a potenciar o evento. O senhor Vereador, José Alberto Pontes, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Apresentou um voto de pesar pelo falecimento do senhor Libório Cerqueira Rodrigues. Este voto foi subscrito pelo senhor Presidente, pelos senhores Vereadores do PS e senhores Vereadores do PSD. -----

III – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA:

6.1. - COSTEIRA EMPREITEIROS – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A

- Empreitada "Reforço estrutural das lajes do bloco H, do Centro Escolar de Ponte da Barca"
- Aprovação de Plano de Segurança e Saúde -

6.2. - EXECUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA DEVIDO À NÃO CORREÇÃO DE DEFEITOS DE OBRA – EMPREITADA "CAMINHO DE CIMO DE VILA À BOUÇA" - EMPRESA ADJUDICATÁRIA - CAMPOS SILVA, S.A.

12.1. - 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

2ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução dos referidos assuntos. -----

- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 14 DE MARÇO DE 2016:** - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião, realizada no dia catorze de março corrente, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da respetiva reunião. -----

PONTO Nº: 3 - BALANCETES

3.1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria, relativo ao dia 22/03/2016, que apresentava o seguinte saldo:

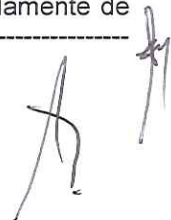
Dotações Orçamentais.....265.383,23 €

Dotações Não Orçamentais.....415.031,95 €

PONTO Nº: 4 - PAGAMENTOS

4.1. - PAGAMENTOS RATIFICADOS

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 789 a 819 inclusive, no valor de 96.539,44 €. -----



4.2. - DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 09/03/2016 e o dia 17/03/2016, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....	525.529,60 €
Compromissado.....	482.738,02 €
Liquidado.....	397.356,60 €
Pago.....	171.194,42 €
Operações não Orçamentais.....	24.840,73 €

PONTO Nº: 6 - OBRAS PÚBLICAS

6.1. - COSTEIRA EMPREITEIROS – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, SA

- Empreitada “Reforço estrutural das lajes do bloco H do Centro Escolar de Ponte da Barca”
- Aprovação do Plano de Segurança e Saúde -

- Presente email da empresa Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, SA, registado sob o nº 2927, em 18/03/2016, a remeter, para aprovação, o Plano de Segurança e Saúde, relativo à empreitada “Reforço estrutural das lajes do bloco H do Centro Escolar de Ponte da Barca”. -----

- Pela Divisão de Administração e Conservação do Território foi emitida a informação que se transcreve: “Depois de analisados os Procedimentos de Segurança, concluo que o mesmo está em condições de merecer aprovação. Propõe-se aprovação superior do PSS, com posterior ratificação em reunião do executivo municipal.” -----

- Face ao informado, pelo senhor Vice-Presidente da Câmara foi emitido, em 21/03/2016, o seguinte despacho. “Concordo. D.N.”. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Vice-Presidente. -----

6.2. - EXECUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA DEVIDO À NÃO CORREÇÃO DE DEFEITOS DE OBRA – EMPREITADA “CAMINHO DE CIMO DE VILA À BOUÇA” - EMPRESA ADJUDICATÁRIA, CAMPOS SILVA, S.A.

- No seguimento da informação interna nº 41, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registada sob o nº 85, em 06/01/2016, pela Divisão de Administração e Conservação do Território foi emitida a informação que se transcreve: “Em relação ao assunto em epigrafe, somos a informar o seguinte:

1 . Em 16/02/2009, a câmara municipal deliberou ratificar o despacho de 06/02/2009 do Sr. Presidente da C.M. que adjudicou a empreitada “Caminho de Cimo de Vila à Bouça” à empresa Campos Silva, S.A. pelo valor de 136.239,22€;

2 – Em 10/03/2009, foi outorgado o contrato de empreitada, sendo que para o efeito o adjudicatário apresentou garantia bancária n.º 125-02-1506942 correspondente a 5% do valor do contrato no montante de 6.811,96 €;

3 – Em 06/04/2009, foi elaborada a consignação da obra;

4 – Em 05/06/2009 foi elaborado auto de receção provisório da obra não se tendo registado qualquer anomalia;

5 – Durante a execução foram retidos 6.647,47 € que correspondem a 5% dos trabalhos faturados;

6 – Em 17/09/2012, foi elaborado auto de vistoria para liberação de cauções, em sequência do pedido efetuado pelo adjudicatário em 26/09/2012, tendo sido liberados 75% da caução e dos décimos nos valores



respetivos de 5.108,97 € e 4.985,60 €;

7 – Ficaram ainda retidos a favor desta C.M. 1.702,99 € relativos à garantia bancária e 1.661,87 € relativos aos décimos retidos, perfazendo um total de 3.364,85 €;

8 – Em 29/04/2013, após se terem detetado defeitos na obra, foi enviado ofício com a referencia 2682/2013 a notificar a empresa adjudicatária para efetuar ao abrigo da garantia de obra as correções necessárias, tendo-se fixado um prazo para o efeito de 20 dias;

9 – Em 30/05/2013, a empresa adjudicatária declinou através do ofício registado no SAM sob o n.º 5959/2013, as responsabilidades nas anomalias detetadas;

10 – Em 14/06/2013, e após análise, pelos serviços técnicos, do teor ofício referido no ponto anterior, a C.M. através do ofício com referencia 3751/2013, notificou a empresa adjudicatária para efetuar a reparação dos defeitos concedendo-lhe um prazo adicional de 20 dias, fundamentado a decisão na recusa dos argumentos apresentados;

11 – Em 01/07/2013, em resposta ao nosso ofício mencionado em 10, veio a empresa declinar novamente a responsabilidade nos defeitos detetados;

12 – Em 19/09/2013 e após as várias trocas de correspondência e atendendo à especificidade do assunto, comunicou-se à empresa adjudicatária que a C.M. solicitou parecer à firma JRTorres – Consultores de Engenharia, Lda;

13 – Em 08/10/2013 foi elaborado auto de liberação de cauções, em sequência do pedido do adjudicatário de 13/09/2013, não tendo sido liberado nenhum montante uma vez que a obra apresentava defeitos que deveriam ser corrigidos, tendo-se fixado um prazo de 30 dias para o efeito;

De notar que as conclusões da vistoria lavradas no respetivo auto, não foram contestadas;

14 – Em 04/11/2013, através do ofício 11757/2013 veio a empresa JRTorres – Consultores de Engenharia, Lda entregar o parecer solicitado e que mereceu informação dos serviços de 25/11/2013, concluindo-se que “as causas da anómala derivavam diretamente de defeitos de execução da obra”;

15 – Em 08/01/2014 e após despacho do Sr. Vice-Presidente da C.M. foi notificada a empresa, através do ofício 102/2014, adjudicatária Campos Silva, S.A. do teor do relatório de peritagem, das conclusões da informação técnica referida no ponto anterior, fixando-lhe novamente o prazo de 60 dias para a correção das anomalias;

16 – Em 23/01/2014, através do ofício registado no SAM, com o n.º 956/2014 vem a empresa declinar novamente a responsabilidade na eliminação das anomalias existentes;

17 – Em 10/03/2014 a C.M. deliberou, fundamentada na informação dos serviços de 19/02/2014, “rejeitar as justificações novamente apresentadas pela firma adjudicatária e serem consideradas as deficiências devidas à incorreta execução dos trabalhos” e notificar aquela firma da deliberação e da fixação de novo prazo de 20 dias para a correção das anomalias identificadas;

18 – Em 17/03/2014 através do ofício n.º 1155/2014 a C.M. notificou a empresa em causa da deliberação referida em 17;

19 – Em 19/02/2015, não se tendo verificado qualquer correção das anomalias, a C.M notificou a empresa da concessão de um prazo improrrogável de 20 dias, para a execução dos trabalhos, sendo que findo aquele prazo a C.M. iria proceder às correções executando para o efeito as garantias bancárias conforme prevê o artigo 397º do CCP;

20 – Em 02/04/2015, não se tendo verificado a correção das anomalias, nem qualquer comunicação da empresa adjudicatária, remeteu-se o processo ao GPPDE para que elaborasse caderno de encargos e respetiva estimativa de custos para que a C.M proceda às reparações;

21 – Em 06/01/2016, através da informação interna n.º 85/2016, o GPPDE remeteu para aprovação pelo Sr. Presidente da C.M., o projeto e respetivo caderno de encargos contendo a descrição, quantificação e estimativa orçamental para a realização dos trabalhos;

22 – Em 26/02/2016, o projeto referido no ponto anterior foi aprovado por despacho do Sr Presidente da C.M. com o valor estimado para os trabalhos de 4.985,30 €;

Tendo em consideração o anteriormente descrito e os respetivos documentos de suporte que se anexam, propõe-se que a C.M. delibere:

1 – Tomar como projeto de decisão a execução da obra recorrendo à contratação de terceiros, através da



modalidade de ajuste direto, procedendo à execução das cauções ainda retidas conforme referido no ponto 7.

2 – Notificar a empresa adjudicatária da decisão tomada, do valor estimado da obra e do valor das garantias que a C.M. irá executar exercendo o seu direito, por incumprimento do contrato conforme a conjugação dos artigos 325º, 396º, 397º e 296º, todos do CCP.

3 – Que em simultâneo se proceda à audiência prévia do interessado, nos termos dos artigos 121º e 122º do CPA, fixando-lhe um prazo de 10 dias para, caso assim o entenda, se pronunciar por escrito.” -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar como projeto de decisão a execução da obra recorrendo à contratação de terceiros, através da modalidade de ajuste direto, procedendo à execução das cauções ainda retidas, tal como referido no ponto 7, notificar a empresa adjudicatária da decisão tomada, do valor estimado da obra e do valor das garantias que a Câmara Municipal irá executar exercendo o seu direito, por incumprimento do contrato, conforme a conjugação dos artigos 325º, 396º, 397º e 296º todos do CCP, bem como, em simultâneo, proceder à audiência prévia do interessado, nos termos dos artigos 121º e 122º do CPA, fixando-lhe um prazo de 10 dias para, caso assim o entenda, se pronunciar por escrito. -----

PONTO Nº: 8 - OBRAS PARTICULARES

8.1. - PROJETO DE ARQUITETURA

Maria Amélia Fernandes Gonçalves, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de ampliação de moradia unifamiliar e anexo, sita no Bairro das Maceiras, lote 22, freguesia de Ponte da Barca - Processo LE-EDI n.º 3/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 16/03/2016. -----

8.2. - PROJETO DE COMPLEMENTARES

Armando Gomes de Sousa, a requerer aprovação dos projetos de especialidade da obra de construção de anexo destinado a arrumos de apoio à habitação, sita no lugar de Padim, freguesia de Vila Nova de Muía, processo LE-EDI n.º 02/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 11/03/2016. -----

PONTO Nº: 10 - REQUERIMENTOS DIVERSOS

10.1. - ALEXANDRA MANUELA NOGUEIRA GOMES

- Subsídio do Arrendamento -
- Devolução de dívida em prestações -

- Presente requerimento de Alexandra Manuela Nogueira Gomes, registado sob o nº 2063, em 25/02/2016, a solicitar a devolução, em quatro prestações, de importância recebida indevidamente, no valor de 375,00 €. - Face ao solicitado, pela Divisão de Desenvolvimento Social foi emitida a informação que se transcreve: "O Regulamento para Atribuição de Subsídio ao Arrendamento prevê no seu n.º 2, do artigo 11.º que os/as beneficiários/as informem no prazo de 15 dias das alterações ocorridas nas condições socio-económicas do agregado. A beneficiária Alexandra Manuela Nogueira Gomes, comunicou a 19 de janeiro, a alteração dos rendimentos ocorridos a partir de setembro de 2015, com efeitos no subsídio ao arrendamento do mês de outubro, incumprindo, assim, com as obrigações assumidas no âmbito do Regulamento. Assim, nos termos do artigo 14.º do Regulamento para Atribuição de Subsídio ao Arrendamento, a beneficiária fica obrigada a devolver à Câmara Municipal os montantes recebidos indevidamente desde a data de verificação do incumprimento, que resultou no valor de 375,00 €. Neste requerimento, a requerente vem solicitar o pagamento do valor em dívida, em 4 prestações. Considerando que o Regulamento é omissivo no que respeita a esta matéria e de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º do referido Regulamento e que se transcreve: "Compete à Câmara Municipal de Ponte da Barca decidir sobre os casos omissos e dúvidas resultantes da

aplicação deste regulamento". Assim, submete-se à consideração superior, o pedido da requerente, devendo o mesmo ser submetido à apreciação da Câmara Municipal." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o pretendido pela requerente. -----

10.2. - ARTUR LOPES DE FREITAS

- Regularização de atividade pecuária -

- Emissão de certidão de reconhecimento de interesse municipal -

- Presente requerimento de Artur Lopes de Freitas, registado sob o nº 53, em 07/08/2015, a solicitar a emissão de certidão comprovativa do reconhecimento do interesse municipal, relativo a regularização de atividade pecuária. -----

- Sobre o assunto, pelo Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico foi emitida a informação que se transcreve: "O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, estabelece o regime de regularização, alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras.

Este novo regime com carácter extraordinário, veio estabelecer a possibilidade de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título de instalação ou exploração ou de exercício válido designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Nestes casos, o pedido de regularização deve ser instruído junto da entidade licenciadora competente, mediante apresentação de um conjunto de elementos, entre os quais uma "deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, Artur Lopes de Freitas, com o NIF 136408575, sede no lugar da Igreja, União de freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização da sua atividade pecuária, sito no lugar da Veiga de Cima – Rogido - União de freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca.

Considerando que:

- A agricultura familiar permite dinamizar os espaços rurais através da fixação da população e criação de emprego, contrariando o abandono das terras que se tem vindo a verificar nos últimos anos;

- A atividade agrícola é a única fonte de rendimento anual do requerente e família presumindo a importância que esta atividade tem para o agregado familiar;

- Do fundamentado pelo requerente, podemos constatar que a implementação de um estábulo mais moderno com as condições de sanidade e bem estar animal associadas, permitirão aumentar o efetivo animal e consequentemente o rendimento económico gerado;

- Além do maneio na exploração ter em conta as medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, as novas instalações foram pensadas de forma a minimizar os riscos de saúde pública, nomeadamente, ao retirar os animais da aldeia;

- Os custos diretos com a deslocalização do estábulo que o requerente pretende regularizar, ascenderiam os 40 mil euros, não possuindo esses recursos financeiros para iniciar de novo toda uma atividade já existente;

- A referida deslocalização teria repercussões na própria empresa pecuária, que poderia, de acordo com a interessado, levar ao seu encerramento;

- A atividade pecuária encontra-se em funcionamento desde 1998;

- As empresas existentes no concelho são um motor de desenvolvimento económico, contribuem para a

criação de uma imagem dinâmica do mesmo e, ao assegurar ou criar emprego, potenciam a fixação da população no território do Município, sendo disso exemplo a exploração pecuária que o interessado pretende regularizar.

Por todo o circunstancialismo descrito, propomos que seja submetido à apreciação da Câmara Municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária do empresário Artur Lopes de Freitas, com o NIF 136408575 e sede no lugar da Igreja, União de freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca, para posterior remessa à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A certidão a emitir constitui elemento introdutório necessário nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 1º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro."-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tendo por fundamento a informação dos serviços, reconhecer o interesse público municipal na regularização da atividade pecuária do empresário Artur Lopes de Freitas, com sede no lugar da Igreja, da União de freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, bem como submeter o assunto à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

PONTO Nº: 12 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS

12.1. - 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

2ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

- Presente, para aprovação, a 2ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 144.050,00 €, a 1ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais, no valor de 9.500,00 € e a 2ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 40.500,00 €, visando o reforço de verbas insuficientemente dotadas. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a 2ª Alteração ao Orçamento da Despesa, a 1ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais e a 2ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos. Absteram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa. -----

12.2. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o n.º 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião. -

PONTO Nº: 14 - ENCERRAMENTO

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas onze horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----